

# CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI nº 699  
31 de julho a 6 de agosto de 2015

## GESTÃO EM TEMPOS DE CRISE

SISTEMA FIRJAN OFERECE SOLUÇÕES PARA EMPRESAS  
TORNAREM PRODUÇÃO MAIS EFICIENTE E REDUZIREM CUSTOS



Sistema FIRJAN | [www.firjan.org.br](http://www.firjan.org.br)

Sistema  
**FIRJAN**



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

## FIRJAN LEVA EMPRESÁRIOS À MAIOR FEIRA DE PANIFICAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

O Sistema FIRJAN, por intermédio do Movimento Sindical, levou 400 empresários e representantes de nove sindicatos fluminenses à Feira Internacional de Panificação, Confeitaria e do Varejo Independente de Alimentos (Fipan) 2015, realizada em São Paulo. O evento é considerado o maior da América Latina.

“As caravanas são como uma ferramenta para que os empresários possam ter conhecimento das inovações e lançamentos disponíveis para seu segmento, além da oportunidade de realizar novos negócios. O objetivo dos sindicatos é promover o fortalecimento das empresas do estado do Rio e a ampliação de sua competitividade e produtividade”, destacou Angela Cunha, gerente do Movimento Sindical FIRJAN.

Para Maria Fernanda Hipólito, diretora do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria do Município do Rio de Janeiro (SIPCRJ) o resultado foi muito positivo. “Vimos muitas novidades em matéria de

tecnologia, em todas as áreas: fabricação, doces, empacotamento e embalagens. Também foi muito importante pela oportunidade de aproximar ainda mais sindicato e associados”. A caravana ocorreu nos dias 15 e 16 de julho.



Representantes do Sipacon que visitaram a Fipan 2015

Divulgação

## CIN CAPACITA EXPOSITORES DA FEVEST PARA O MERCADO EXTERNO

Vinte e cinco expositores da Feira Brasileira de Moda Íntima, Praia, Fitness e Matéria-Prima (Fevest), edição 2015, participaram, em Nova Friburgo, do curso Preparando-se para Exportar, organizado pelo Centro Internacional de Negócios (CIN), do Sistema FIRJAN. A capacitação, que aconteceu em 16 de julho, apresentou aos empresários

conhecimentos sobre comércio exterior, a fim de prepará-los para negociar com compradores internacionais que visitarão a feira por meio do Projeto Comprador, da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), com apoio da FIRJAN.

O curso foi ministrado por Marcos Assis, consultor e educador empresarial. “A região

de Friburgo sempre exportou, mas, com a valorização do dólar, as vendas externas se tornaram mais interessantes. Precisávamos preparar as empresas para terem uma boa apresentação e entendimento técnico”, afirmou Marcelo Porto, presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo (Sinvest), instituição organizadora da feira.

## EMPRESÁRIOS PARTICIPAM DE OFICINA SOBRE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Líderes sindicais da região Sul Fluminense participaram da oficina Negociação Coletiva, promovida pelo Movimento Sindical FIRJAN, na sede da Representação Regional FIRJAN/CIRJ em Volta Redonda. O evento teve como objetivo aprimorar a capacidade de negociação de dirigentes das entidades de classe patronais e sensibilizá-los para a importância do fortalecimento das representações sindicais. Além da explicação das etapas para a condução de acordos

coletivos, foram discutidos os conceitos, princípios e técnicas básicas de negociação, apresentados por Edno Martins, consultor da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). A oficina contou ainda com dinâmicas de simulação de negociações e a apresentação de ferramentas que visam dar suporte aos sindicatos nesse processo, continuamente desenvolvidas e disponibilizadas pela Federação e a CNI. O evento aconteceu no dia 21 de julho.

Está em discussão, no Senado Federal, a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A proposta se concentra na convalidação dos incentivos fiscais e na unificação da alíquota interestadual para dar fim à chamada “guerra fiscal” entre os estados. Em entrevista à Carta da Indústria, **José Teófilo Oliveira**, consultor tributário, faz uma avaliação do projeto de mudança do imposto e aponta as alternativas para os principais problemas tributários do país.



Vinicius Magalhães

## MUDANÇAS EM CURSO NO ICMS

**CARTA DA INDÚSTRIA –** Quais problemas a atual tributação sobre vendas de bens e serviços gera para as indústrias?

**JOSÉ TEÓFILO OLIVEIRA –** O que chama atenção é que, na comparação com outros países, o Brasil cobra muitos impostos. E a participação deles sobre bens e serviços aqui é bem maior do que em economias de renda média como a nossa. Da carga tributária total, 45% são arrecadados sobre venda de bens e serviços. Nos países de rendas média e alta, esse número é da ordem de 30%. Além disso, esses tributos são distribuídos de forma desproporcional no valor agregado dos vários setores. Idealmente, deveria haver mais igualdade. Quando é desigual, viola-se a norma do princípio da neutralidade em tributação, são geradas ineficiência na economia e distorção na alocação de recursos.

**CI –** Quais seriam as alternativas viáveis para solucionar distorções do regime de substituição tributária do ICMS?

**JTO –** Essa é uma gravíssima distorção. Ela foi estendida a inúmeros segmentos de atividade do setor industrial sem justificativa razoável. Isso configura um grave erro dos estados, prejudicando contribuintes e cobrando impostos quase de forma arbitrária. A conveniência do Fisco não pode ditar as normas tributárias do Brasil. A solução seria a criação de uma legislação federal que estabelecesse uma lista positiva do que poderia ser incluído nessa regra. Uma lista restrita, para ser aplicada aos setores oligopolizados da produção e em produtos

homogêneos, que têm poucos produtores e uma rede de distribuição pulverizada. Nesse caso faz sentido.

**CI –** Como o senhor avalia a proposta de reforma do ICMS?

**JTO –** Vejo com certas reservas. O alvo principal dela é acabar com a guerra fiscal, e isso é muito pouco. Há outros problemas que não estão sendo tratados, como os créditos acumulados na exportação, que não estão sendo pagos. Além disso, o ICMS abusa da substituição tributária e nada é feito para solucionar isso. Há também um excesso de obrigações acessórias. O que vemos hoje é a criação de mais obrigações para beneficiar o Fisco com um volume de informações que ele não é nem capaz de tratar. É uma reforma parcial, trata apenas de um dos problemas, que talvez nem seja o mais importante.

**CI –** Em outros países, há bons exemplos em relação à tributação de bens e serviços?

**JTO –** Nós precisamos de um verdadeiro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) no Brasil. Hoje ele é praticado em aproximadamente 150 países do mundo. Nossas autoridades poderiam se inspirar no modelo europeu, o melhor do mundo. Ele tem base ampla, alcança quase que a totalidade de bens e serviços comercializados, enfatiza a ideia de alíquota única sobre bens e serviços e é autolancado. Além disso, a substituição tributária não pode ser praticada, pois quem declara o que tem que pagar ou receber é contribuinte. Para o Brasil, o ideal seria criar um IVA federal fundindo o IPI, PIS e COFINS.

## SIPERJ APRESENTA A MINISTRO DA PESCA PLEITOS DO SETOR

Em reunião com o ministro da Pesca e da Aquicultura, Helder Barbalho, na sede do Sistema FIRJAN, empresários fluminenses reivindicaram uma série de ações necessárias à melhoria da competitividade do setor. Entre os principais pleitos, estão a instalação de um novo terminal pesqueiro, a criação de linhas de crédito para as indústrias do segmento e a instituição de mecanismos de regulação para a venda do pescado importado.

“Aguardamos há mais de 20 anos por um novo entreposto, moderno, adaptado às nossas necessidades e à potencialidade desse setor. Um local que confira dinamismo aos nossos processos de descarga e comercialização direta ao consumidor”, destacou Carlos Fernando Gross, vice-presidente do Sistema FIRJAN.

Sérgio Ramalho, presidente do Sindicato da Indústria do Pescado do Estado do Rio de Janeiro (Siperj), que conduziu a reunião, defendeu a necessidade de se criar uma barreira para a chegada do peixe importado congelado já embalado e pronto para o consumidor direto: “Se chegar já embalado, não dá para a indústria trabalhar”.

Levantamento do Sistema FIRJAN indica que a importação de pescado embalado cresceu 40% de 2010 a 2014 no Brasil, representando um volume de negócios de US\$ 1,1 bilhão. Antonio Matuano de Luca, presidente da Frescatto, fez coro sobre as perdas para a indústria local: “Ele não precisa vir embalado, filetado, preparado. Vemos a indústria como a espinha dorsal da pesca, que vai trabalhar o peixe que sai das embarcações”.



Antonio Bataglia

Ministro Helder Barbalho, Eduardo Eugenio e Sérgio Ramalho, em reunião na FIRJAN

### “Se (o peixe) chegar já embalado, não dá para a indústria trabalhar”

Sérgio Ramalho  
Presidente do Siperj

### GOVERNO ESTUDA MUDANÇAS PARA IMPORTADOS

O ministro explicou que a construção de uma “nova lógica para esses produtos importados” está sendo estudada em conjunto com os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Sobre o terminal pesqueiro, Barbalho avalia a possibilidade de ativar a estrutura existente em Niterói, que já está pronta. Segundo ele, o governo não planeja construir um novo entreposto a médio prazo.

O ministro conversou também sobre possíveis estímulos para facilitar a

modernização das frotas e subsidiar o óleo diesel para os donos de pequenos barcos. Por fim, ressaltou que sua missão é investir em “agilidade e desburocratização para que o setor produtivo se sinta estimulado”.

Outros pleitos apresentados pelo Siperj foram criação de política de estímulo ao consumo de peixes, revisão do período de defeso da sardinha e criação de programa de estatística e pesquisa para subsidiar políticas públicas.

O encerramento da reunião, que ocorreu em 16 de julho, foi feito pelo presidente do Sistema FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira. Também participaram do encontro o vice-presidente do Siperj, Carmelo de Luca Neto; o diretor do Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Faustino; representantes de grandes empresas, como Camil Alimentos; o diretor de Relações Institucionais da Federação, Márcio Fortes; entre outros.

## FÓRUM IEL APRESENTA BOAS PRÁTICAS EM GOVERNANÇA CORPORATIVA

As experiências de governança corporativa de grandes e pequenas indústrias foram o tema do Fórum IEL de Gestão Empresarial, promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), em parceria com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). “Esse é um tema que abrange princípios como a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade empresarial. É uma questão importante no momento atual”, destacou Angela Costa, vice-presidente do Sistema FIRJAN.

Eduarda Drumond, diretora executiva da Gráfica Drumond, apresentou o histórico e produtos da empresa e Roberto Drumond, gerente administrativo, falou das boas práticas da empresa, que implantou a governança corporativa com auxílio do Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho. Como resultado de uma avaliação interna, a gráfica iniciou novos processos na gestão, como o fortalecimento da cultura organizacional e a educação ambiental e a orçamentária para os trabalhadores. “O Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho prioriza a indústria competitiva e saudável”.

Empresa de capital aberto com serviços especializados em engenharia, a Mills tem uma longa experiência com governança corporativa. De acordo com Andres Cristian Nacht, presidente do Conselho de Administração da empresa Mills, ela é fundamental para a relação com os investidores.

Ele apresentou as ações recentes implementadas pela empresa, como a criação de um canal de comunicação independente e um Comitê de Gestão de Risco e Compliance. “Temos nos esforçado



Andres Cristian Nacht: governança corporativa é fundamental para as empresas

### “O Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho prioriza a indústria competitiva e saudável”

**Roberto Drumond**  
Gerente administrativo da  
Gráfica Drumond

para fortalecer nossa cultura interna. Quanto maior a empresa, mais importante se torna essa prática”, ressaltou Nacht.

#### ASPECTOS LEGAIS

O evento contou ainda com uma apresentação sobre os aspectos legais que envolvem a governança corporativa. Marlos Correa, auditor do Sistema FIRJAN, explicou como o Programa de Integridade é avaliado pela Controladoria Geral da União (CGU) para fins de aplicação da Lei Anticorrupção

(Decreto 8.420/15). “Para ser considerado pelo CGU, não basta ter um programa formal. É preciso que ele seja eficaz”, ressaltou.

De acordo com ele, as empresas que possuem estrutura de *compliance* tem como vantagem a minimização de eventuais sanções estabelecidas pela legislação.

“Com esse evento, o Sistema FIRJAN ajuda a difundir a questão da governança corporativa entre as empresas, especialmente as de capital fechado”, avaliou João Laudo, coordenador geral do IBGC no Rio de Janeiro.

De acordo com Alberto Besser, superintendente do IEL, os casos apresentados no evento comprovam a relevância do tema para as empresas de todos os portes. “Nosso objetivo é disseminar boas práticas de gestão e mostrar que temos como auxiliar as indústrias nessa área”, explicou. O evento foi realizado no dia 22 de julho, na sede do Sistema FIRJAN.

## SERVIÇOS DO SISTEMA FIRJAN CONTRIBUEM PARA A REDUÇÃO DOS CUSTOS DAS EMPRESAS EM ANO DE CRISE ECONÔMICA

O baixo índice de confiança de todos os setores da economia, como apontado pela Sondagem Industrial do Rio de Janeiro, elaborada pelo Sistema FIRJAN, indica que é hora de reduzir custos. Nesse sentido, a Federação contribui para o enfrentamento da crise econômica por meio da oferta de capacitação e consultorias para tornar a produção das empresas mais eficientes. As soluções focam na otimização da gestão por meio de ações que reduzem o desperdício, como o Lean Manufacturing e o Chemical Leasing.

Marcelo Ávila, gerente de Estudos Econômicos do Sistema FIRJAN, observa que os investimentos para redução de custo de operação são

os que mais têm sido vistos neste ano de crise: “Temos observado que os investimentos são feitos em manutenção ou na aquisição de uma máquina que possa fazer com que o custo diminua ao longo do tempo e não em aumento do parque industrial para aguentar uma demanda maior”.

De acordo com a Sondagem Industrial do Rio de Janeiro, os empresários esperam reduzir a compra de matéria-prima e o número de empregados nos próximos seis meses. O Índice de Confiança do Empresário Industrial Fluminense atingiu 35,9 pontos no segundo trimestre do ano. Este é o menor patamar da série histórica, iniciada há dez anos, e está em linha com o resultado nacional, que ficou

em 37,2 pontos. Os índices da pesquisa variam de zero a cem pontos, e os valores abaixo de 50 indicam pessimismo.

Já o Boletim de Mercado de Trabalho, também elaborado pela Federação, indicou retração de mais de 80 mil postos de trabalho no estado do Rio no primeiro semestre do ano. Foi a maior queda de postos de trabalho registrada nos últimos dez anos, ou seja, maior do que na crise de 2008/2009. “Estamos numa recessão, o mercado de trabalho já sente os impactos”, analisa Ávila, indicando que a redução de custos, quando feita de maneira sustentável, contribui para abrir acesso a novos mercados.

### DICAS PARA REDUZIR CUSTOS

Para Fabrício Molica, que ministra o curso Gestão de Custos de Produção do IEL, a adoção de medidas simples podem levar uma empresa a reduzir em até 20% suas despesas de produção. Confira:



CONTROLE DE MATÉRIA-PRIMA E DIVERSIFICAÇÃO DE FORNECEDOR DE INSUMOS

ATÉ 5%



MONITORAMENTO DE MÃO DE OBRA, PARA ACOMPANHAR O TEMPO GASTO EM CADA ATIVIDADE

15%



REDUÇÃO DE GASTOS INDIRETOS, EVITANDO DESPERDÍCIO DE ENERGIA ELÉTRICA, PAPEL, TINTA ETC.

=



ECONOMIA TOTAL

20%

## REDUÇÃO DE DESPÉDICIOS

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) organiza fóruns e oferece diversos cursos com esse enfoque, no Programa de Educação Executiva. Um dos títulos mais demandados este ano pelos sindicatos é o de Tecnologias de Gestão do Fluxo da Produção, que ensina, entre outros tópicos, a filosofia da Produção Enxuta (Lean Manufacturing), focada na redução de desperdícios.

A empresa Haga começou a adotar o Lean Manufacturing em 2008 e conseguiu aumentar a produtividade e reduzir custo: “O sistema aumentou entre 20% e 30% a eficiência dos processos da minha empresa. Melhoramos nosso faturamento somente com acertos na gestão. O Lean é uma das principais ferramentas para tornar uma empresa competitiva”, frisa José Luiz Abicalil, diretor da Haga.

Ricardo Sarmento, professor do curso, diz que o conceito é aplicável a empresas de todos os portes. “Um dos pontos-chave para a implementação desse método é simplificar o processo de gestão. Na produção enxuta, o líder delega às equipes graus de responsabilidade do processo decisório para a solução de problemas”, explica.

Por sua vez, Priscila Varella, sócia da BQ Escritórios, optou pelo curso Gestão de Negócios, do IEL em parceria com a Coppe, e afirma que ficou mais preparada: “O curso contribuiu para o enfrentamento da crise econômica deste ano. Vi soluções às quais não teria acesso. Além disso, o que me ajudou muito foi conhecer a experiência de outros empreendedores”, avalia.

## MENOS CUSTOS, MAIS EFICIÊNCIA

Também caminham nessa direção os serviços oferecidos pelo Centro de Tecnologia SENAI (CTS) Ambiental,

---

**“O sistema Lean aumentou entre 20% e 30% a eficiência dos processos da minha empresa. Melhoramos nosso faturamento somente com acertos na gestão”**

**José Abicalil**  
Diretor da Haga

---

---

**“O curso contribuiu para o enfrentamento da crise econômica deste ano. Vi soluções às quais não teria acesso. Além disso, o que me ajudou muito foi conhecer a experiência de outros empreendedores”**

**Priscila Varella**  
Sócia da BQ Escritórios

---

---

**“Foram mapeados os processos e as oportunidades para torná-los mais eficientes. Os benefícios estão sendo obtidos com a implementação de um plano de ações”**

**Claudia Leite**  
Gerente de Suprimentos da Indústria Brasileira de Filmes (IBF)

---

cujo foco é reduzir custos e melhorar a produtividade, com o benefício de ampliar o acesso a mercados. Ana Maria Oestreich, consultora de Ecoeficiência e Tecnologias Limpas do CTS Ambiental, cita a Produção Mais Limpa (P+L), o Chemical Leasing e o Programa de Eficiência Energética como serviços que contribuem efetivamente para reduzir custos.

A Indústria Brasileira de Filmes (IBF) busca eficiência energética e contratou este ano uma consultoria do CTS Ambiental. “Foram mapeados os processos e as oportunidades para torná-los mais eficientes. Os benefícios estão sendo obtidos com a implementação de um plano de ações”, conta Claudia Leite, gerente de Suprimentos.

Segundo a consultora de Ecoeficiência e Tecnologias Limpas do CTS Ambiental, a sustentabilidade é aliada da economia, e as empresas que já perceberam isso têm resultados melhores. É o caso do Hotel Windsor, no Rio de Janeiro, que adotou o Chemical Leasing, sistema que minimiza o desperdício. “Enquanto os demais hotéis utilizam 460 gramas de produtos químicos de limpeza por quarto ocupado, o Windsor gasta apenas 280”, conta.

Na P+L, as possibilidades de retorno são detectadas na primeira fase de implantação, quando são propostas mudanças que baixam os custos. Em relação ao consumo de energia, ela adianta que, na maioria dos casos, uma primeira avaliação já permite uma economia de 5%. Os ganhos se ampliam à medida que os estudos avançam, o que ocorre também nas fases seguintes da P+L.

Para mais informações sobre os serviços oferecidos pela FIRJAN entre em contato pelos telefones 0800 0231 231 ou 4002 0231.

## ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO SÃO TEMA DE SEMINÁRIO QUE DISCUTE VIAS ALTERNATIVAS DE JUSTIÇA

O seminário “Arbitragem e Mediação na Administração Pública”, realizado pelo Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA), reuniu empresários, advogados e membros do Poder Judiciário. O evento discutiu sistemas alternativos para a resolução de litígios e como eles podem ser utilizados em contratos públicos. O CBMA é uma instituição fundada pelo Sistema FIRJAN, pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG).

“Esses meios também são de extrema importância para as indústrias, pois a cultura da litigiosidade impacta diretamente nos resultados das empresas”, destacou José Roberto Borges, diretor jurídico do Sistema FIRJAN.

O evento tratou de temas como o Dispute Board nos contratos de construção civil e seus benefícios. O sistema, que consiste em um comitê que acompanha e fiscaliza desde a fase de elaboração contratual à etapa de entrega das obras, foi utilizado nos projetos do Comitê Olímpico Internacional para as Olimpíadas do Rio 2016.

Também foram discutidos o excesso de litigiosidade estatal e a nova Lei dos Portos (Lei 12.815/13) que, em um de seus artigos, trata do uso de arbitragem nas obras públicas. “Ele dá preferência para a solução de controvérsias que prejudiquem serviços ou investimentos prioritários para o governo”, explicou Camila



Gustavo Schmidt, José Roberto Borges e Márcio Fortes participam do seminário

Mendes, vice-presidente de Direito Marítimo e Portuário do CBMA e sócia do Kincaid Mendes Vianna Advogados.

As principais mudanças trazidas pela reforma na Lei de Arbitragem, que oficializa seu uso nos contratos públicos, foram apresentadas por Pedro Batista Martins, árbitro, advogado e sócio do Batista Martins Advogado. “A arbitragem é uma demanda de investidores estrangeiros e foi amplamente utilizada nos programas de privatizações. Ela catalisa capital estrangeiro”, declarou Martins.

### SOLUÇÃO DE LITÍGIO

Outro destaque do seminário foi o uso da mediação como forma de solução de litígio. De acordo com Ana Tereza Basílio, vice-presidente de Telecom do CBMA, além de dar celeridade à resolução de conflitos, a modalidade tem como principal benefício “a qualidade de que as próprias partes cheguem a um denominador comum”. O Brasil ocupa o quarto lugar no

ranking de países que mais utilizam a arbitragem, mas para Gustavo Schmidt, presidente do CBMA, a utilização de meios paralelos à Justiça precisa ser mais bem difundida. “Há uma questão cultural que precisa ser modificada”, alertou. Um dos motivos que requer sua ampliação são os cerca de 100 milhões de processos aguardando julgamento no Judiciário.

De acordo com Joaquim Falcão, diretor da FGV Direito Rio, essas ações devem aumentar nos próximos anos. Ele elencou como principal motivo o maior acesso da população à educação. Para Márcio Fortes de Almeida, diretor de Relações Institucionais da Federação e membro do Conselho Consultivo do CBMA, o incentivo às vias alternativas deve começar pela busca de conflitos que estão estagnados: “Temos que ir atrás dos problemas e descobrir negócios a serem resolvidos”.

O evento foi realizado no dia 17 de julho, na sede da FIRJAN.

## FÓRUM EMPRESARIAL DE AGROINDÚSTRIA **DEBATE ACESSO A CRÉDITO**

Empresários do setor agroindustrial puderam conhecer e avaliar as linhas de financiamento rural da Caixa Econômica Federal na reunião do Fórum Empresarial de Agroindústria. Incorporadas ao planejamento estratégico da Caixa desde 2012, as linhas de crédito rural são concedidas a produtores, cooperativas e agroindústrias, através de operações de custeio, investimento e comercialização agrícola e pecuária.

Leandro Ladeira, gerente regional do banco, apresentou os detalhes e principais benefícios de cada linha de financiamento. “Temos uma estrutura verticalizada nessa área, com profissionais especializados para fornecer um atendimento personalizado”, afirmou. Para explicar a razão pela qual a Caixa decidiu investir no agronegócio e a importância da atividade para a economia nacional, ele citou números contundentes do setor, como a participação de 21% do PIB e 41% das exportações nacionais.

Na reunião, empresários puderam apresentar suas principais demandas ao banco, como a inclusão de determinadas atividades que ainda não são contempladas pelas linhas de financiamento. Já Nilton Lanna Filho, presidente do Laticínio Grupiara, solicitou mais informações sobre as linhas de comercialização para a cadeia de lácteos. Faustino Porto, sócio da marca Fazenda das Antas, pleiteou linhas mais adequadas ao segmento de abate de aves.

Como solução, Maria Fernanda Brito, gerente de agronegócio da Caixa, propôs que as demandas dos



Antonio Batalha

Francisco Muniz, coordenador do Fórum de Agroindústria

diversos setores presentes fossem encaminhadas, por meio do Fórum de Agroindústria, à Caixa para que fosse elaborado um estudo de viabilidade da adequação das linhas de crédito rural às especificidades do agronegócio do estado: “É uma forma de fortalecer esse setor na economia fluminense”.

“Percebemos que a Caixa está interessada na agroindústria do estado. E nesse encontro, mais uma vez, cumprimos nossa missão, que é aproximar as extremidades e oferecer as melhores soluções para a indústria”, declarou Francisco Muniz, coordenador do Fórum. A reunião foi realizada em 21 de julho.

## NOVAS REGRAS PARA **RETENÇÃO DA CSLL, PIS E COFINS**

A Lei nº 13.137, publicada em 19 de junho, alterou o limite para dispensa de retenção e o prazo para recolhimento da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). Com a nova lei, a dispensa de retenção das contribuições só será feita quando o pagamento ao prestador de serviço for inferior a R\$ 215,05.

Já o prazo para recolhimento das contribuições retidas passa a ser até o último dia útil do segundo decêndio do mês subsequente àquele mês em que tiver ocorrido o pagamento no qual houve retenção. Antes da alteração, pagamentos inferiores a R\$ 5 mil dispensavam a retenção e o prazo para recolhimento das contribuições era até o último dia útil da quinzena subsequente àquela quinzena em que tivesse ocorrido o pagamento.

## GERALDO COUTINHO RECEBE MEDALHA CONSTRUTOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Reconhecer personalidades e empresários que contribuem para o desenvolvimento da região Norte Fluminense. Esse é o objetivo da Medalha Construtor do Desenvolvimento Regional, criada pela Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Norte Fluminense. A 14ª edição da iniciativa homenageou o empresário Geraldo Coutinho, vice-presidente executivo da Federação, e o jornalista Lucas Abreu Maia.

Na ocasião, o presidente do Sistema FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira destacou a importância dos homenageados: "Tanto Geraldo quanto Lucas são exemplos a serem seguidos, e demonstram que valores como ética e honestidade são características de pessoas de sucesso".

Geraldo Coutinho atuou em importantes pleitos a favor do desenvolvimento regional, tendo presidido, por 20 anos, a Representação Regional. "A entrega da medalha é um dos principais acontecimentos da organização".

Muito me envaidece fazer parte dessa lista de pessoas com tamanho valor", disse Coutinho, que há mais de 30 anos preside uma das mais importantes usinas de açúcar da região, a Cia Açucareira Paraíso.

Lucas Abreu Maia trabalhou no jornal O Estado de São Paulo, na revista Exame e hoje se dedica à carreira acadêmica. Já recebeu diversos prêmios, tanto jornalísticos quanto acadêmicos. "Campos contribuiu de forma indelével para minha formação. A homenagem é o reconhecimento do lugar em que dei os primeiros passos na minha caminhada", afirmou Maia.

O evento também contou com palestra proferida pelo gerente de Estudos Econômicos da FIRJAN, Marcelo Ávila. Ele falou sobre o estudo Retratos Regionais, elaborado pela Federação, que tem o objetivo de apresentar um panorama socioeconômico dos municípios da região. A cerimônia aconteceu no Teatro SESI Campos, em 22 de julho.



Eduardo Eugenio parabeniza Geraldo Coutinho pela homenagem recebida

## CARTA DA INDÚSTRIA

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000  
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001  
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente:

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Fernando Gross

1º Vice-presidente CIRJ:

João Lagoeiro Barabá

2º Vice-presidente CIRJ:

Geraldo Coutinho

1º Diretor Secretário - FIRJAN:

Armando Brasil Salgado

1º Diretor Secretário - CIRJ:

Mauro Ribeiro Viegas Filho

1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:

Abílio Moreira Mendes

1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:

Sérgio Kunio Yamagata

### CONSELHOS EMPRESARIAIS

Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto

Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima

Economia: José Mascarenhas

Energia Elétrica: Sérgio Gomes Malta

Gestão Estratégica para

Competitividade: Angela Costa

Indústria da Construção:

Roberto Kauffmann

Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho

Jovens Empresários: Poliana Silva

Meio Ambiente: Isaac Plachta

Política Social e Trabalhista:

José Arnaldo Rossi

Petróleo e Gás: Armando Guedes Coelho

Presidentes de Conselho das

Representações Regionais:

Rubens Muniz

Relações Internacionais:

Luiz Felipe Lampreia

Responsabilidade Social: Luiz Chor

Tecnologia: Fernando Sandroni

### FÓRUNS EMPRESARIAIS

Agroindústria: Francisco Muniz

Areia e Brita: Rogério Moreira Vieira

Cosméticos e Perfumaria:

Celso Dantas Aguiar

Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar

Moda: Oskar Metsavaht

Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN

Assessoria de Imprensa: Lorena Storani  
Insight Comunicação

Editor Geral: Coriolano Gatto

Editor Executivo: Kelly Nascimento

Editor Adjunto: João Penido

Redação: Denise Almeida, Janaina Salles,

Nathalia Curvelo e Sílvia Noronha

Revisão: Geraldo Pereira e Paulo Barros

Fotografia: Antonio Batalha,

Fabiano Veneza e Guarim de Lorena

Projeto Gráfico: DPZ

Design e Diagramação: Paula Barrenne

Produtor Gráfico: Ruy Saraiva

Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br

## FIRJAN ORIENTA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO CENTRO-SUL

Empresários do segmento da construção civil de Três Rios e região se reuniram na Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Centro Sul Fluminense para conhecer as formas de financiamentos disponíveis no mercado. Os empresários foram orientados também quanto às questões jurídicas para a criação de consórcios, o que pode viabilizar a contratação para obras públicas.

“Atualmente, no país, 90% das empresas são micro e pequenas. Com a criação do consórcio, os empresários poderão competir em igualdade com empresas grandes, e até mesmo concorrer

de forma igualitária em processos licitatórios. A cautela maior, nestes casos, fica por conta das empresas com as quais ele vai se associar: elas têm que ser idôneas”, resumiu o consultor jurídico do Sistema FIRJAN, Gustavo Kelly.

O chefe do Núcleo de Projetos Especiais da Construção Civil do Sistema FIRJAN, Roberto da Cunha, vê oportunidades para micros, pequenas e médias empresas, apesar da crise: “O mercado atual é um centro de oportunidades para as pequenas e médias construtoras. Elas têm a possibilidade de ampliar o mercado, gerando empregos através da

formação de consórcios.” O assessor de Inovação Tecnológica da Federação, Fabiano Gallindo, explicou os mecanismos de captação de recursos de fomento de incentivos à inovação, como o Edital SENAI SESI de Inovação 2015.

Waldir dos Santos Júnior, presidente do Sindicato da Construção Civil e Mobiliário de Três Rios e região (Sindicom), destaca que o encontro apontou caminhos possíveis para o setor: “Os empresários que participaram do encontro saíram com uma perspectiva diferente sobre a crise. É uma oportunidade para ganhar outros mercados.”

## COMEÇAM AS OBRAS DA CASA FIRJAN DA INDÚSTRIA CRIATIVA

O Sistema FIRJAN obteve da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio, no dia 16 de julho, a licença que autorizou o começo das obras da Casa FIRJAN da Indústria Criativa, em Botafogo. O pontapé inicial ocorre na primeira quinzena de agosto, com as intervenções de restauro da antiga residência da família Guinle Paula Machado, das casas geminadas, e a construção do novo prédio, que irá atender às demandas de qualificação, formação e experimentação no setor criativo.

A Casa FIRJAN da Indústria Criativa foi criada para agregar a indústria clássica aos talentos criativos, usando o conhecimento e a criatividade como principais

recursos para gerar valor para produtos, serviços e negócios.

O projeto está dividido em três espaços. A Casa FIRJAN, localizada nas dependências do casarão, abrigará os debates sobre desafios e rumos da indústria, e a construção de programas voltados à competitividade empresarial. Nas casas geminadas funcionará o Espaço SESI, dedicado a exposições, instalações e atividades vinculadas aos setores criativos. E, por fim, o SENAI ocupará o novo prédio com formação profissional para a indústria criativa.

“A Casa é muito ligada à história da indústria nacional e fluminense

e também ao pensamento moderno”, destaca Gabriel Pinto, coordenador de Indústria Criativa do Sistema FIRJAN.

Com o início das obras, o Sistema FIRJAN promoveu uma campanha de esclarecimento para os vizinhos do entorno, explicando o que será feito e abrindo um canal de comunicação para tirar dúvidas dos moradores. Também adotou todos os cuidados junto aos órgãos públicos, principalmente os de trânsito e ordem pública, para minimizar quaisquer transtornos para os moradores e frequentadores de Botafogo. A implantação de todo o projeto tem um prazo estimado em 18 meses. A restauração do casarão deve ficar concluída em torno de 10 meses.

## SINDISTAL: DEFESA DE INTERESSES DAS EMPRESAS FLUMINENSES DE INSTALAÇÕES PREDIAIS

Representar e promover as empresas fluminenses especializadas em engenharia de instalações industriais, prediais e comerciais. Foi com essa missão que o Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Estado do Rio de Janeiro (Sindistal) iniciou sua trajetória em 1949. Desde então, o Sindistal atua junto às diferentes esferas do poder público, universidades, órgãos técnicos, bem como em setores da construção civil e da indústria. O objetivo é defender os direitos da categoria e apresentar soluções inovadoras para empresas do setor. Para isso, o sindicato conta com o apoio do Sistema FIRJAN, por meio do Movimento Sindical.

O presidente, Fernando Cancellata, destaca que o sindicato melhorou sua infraestrutura nos últimos anos e hoje atende de maneira rápida as 85 empresas associadas. Ele explica que o sindicato tem como meta ir além de atribuições institucionais, como o estabelecimento de Convenções Coletivas de Trabalho. "Temos uma diretoria muito atuante, comprometida e identificada com o que queremos para o nosso sindicato", relata.

Ele acompanhou de perto a implementação de diversas ações, como a criação do Selo de Qualidade Sindistal (SQS), idealizado para auxiliar na qualificação das empresas do segmento Gás. O selo abrange Gestão de Qualidade, Gestão de Meio Ambiente e Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional. As empresas associadas passam por uma avaliação

Divulgação/Sindistal



***"O Sistema FIRJAN é o nosso grande parceiro. Verificamos o que deve ser aprimorado, levamos para a Federação, que nos traz as soluções"***

**Fernando Cancellata**  
*Presidente do Sindistal*

inicial, são preparadas pelo sindicato e se submetem a uma auditoria criteriosa para ganhar a certificação. O selo será estendido ao setor de Construção Civil ainda este ano.

Outra ação importante é o Plano de Massificação de Eficiência Energética, realizado em parceria com o Sistema FIRJAN, que há 63 anos atua junto ao sindicato. O intuito é levar a todo o estado do Rio a oferta de soluções em eficiência energética, o que, segundo Cancellata, é uma forma de melhorar a competitividade das empresas, já que o custo da energia elétrica é um fator importante na composição do preço final de produtos e serviços.

Para o presidente, se fosse resumir em um termo a parceria com a Federação a palavra seria essencial. "O Sistema FIRJAN é o nosso grande parceiro. Verificamos o que deve ser aprimorado, levamos para a Federação, que nos traz as soluções. Esse trabalho em conjunto é essencial para o nosso trabalho", detalha Cancellata,

apontando o SENAI como estratégico quando o assunto é o aprimoramento profissional.

A parceria rendeu destaque para o Sindistal, contemplado no final de 2014 com o 3º lugar em duas categorias no primeiro prêmio Melhores Práticas Sindicais, promovido pela FIRJAN, por intermédio do Movimento Sindical. Para o presidente, é a coroação de um trabalho que vem sendo feito ao longo de todos esses anos.

# INFORME JURÍDICO

Ano XVI nº 699

31 de julho a 6 de agosto de 2015

## A REGULAMENTAÇÃO DA MEDIAÇÃO

Dando continuidade ao estudo das recentes alterações legislativas no campo dos meios alternativos de solução de controvérsias, e superadas as reflexões sobre os principais pontos da reforma da Lei de Arbitragem – tratados no último Informe Jurídico –, volta-se nesta oportunidade para a análise da Lei nº 13.140/15.

Sancionada pela Presidência da República, sem vetos, no dia 29 de junho, a lei em referência reforça o rol de meios alternativos de resolução de conflitos ao regulamentar a mediação judicial e extrajudicial. Trata-se assim de mais uma iniciativa – ao lado da reforma da Lei de Arbitragem – direcionada à disseminação da cultura do uso de mecanismos não judiciais para solucionar divergências.

Ao contrário da arbitragem – em que é transferida a um terceiro (árbitro) a autoridade para remediar um dado conflito, sendo este responsável, inclusive, por proferir uma sentença – a mediação é marcada pela ausência de uma decisão a ser imposta às partes. Na mediação é privilegiada a resolução consensual de conflitos, ou seja, os próprios envolvidos – auxiliados por um terceiro que se limita a intermediar o diálogo, facilitando a comunicação entre as partes e expondo os pontos técnicos e controversos sobre os quais está centralizado o conflito – devem chegar a um consenso, tendo a liberdade para escolher aquela que consideram ser a melhor solução para o problema.

A ideia por trás da mediação, para além da mera obtenção de uma solução técnica e mais célere para a desavença, é resguardar a relação entre as partes através da obtenção de uma solução que atenda aos interesses de todos os envolvidos. Ao se evitar o estado de beligerância, caracterizado pela troca de

acusações que marca os processos judiciais, evita-se o amadurecimento de um sentimento de mágoa/ressentimento que, possivelmente, inviabilizaria futuros negócios entre os personagens do litígio. Assim, uma das principais consequências positivas da mediação é o aumento das chances de ser preservada a convivência harmônica, com empresas, por exemplo, mantendo, a despeito de um desentendimento prévio, o respeito mútuo imprescindível para a continuidade de operações comerciais e/ou a celebração de contratos futuros.

Afastando qualquer dúvida, dispõe a lei que “considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia”, e estabelece como objeto desse instituto “o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação”.

A regulamentação ora tratada define três tipos de mediação, sendo estas, a mediação judicial, extrajudicial e administrativa. Na mediação judicial, a orientação e o estímulo à autocomposição são realizados por centros judiciários de solução consensual de conflitos, setores estes integrantes da estrutura dos Tribunais de Justiça. Embora corra perante o Poder Judiciário, essa modalidade de mediação implica na convocação das partes para que estas busquem, através do diálogo, a pacificação. Atingindo-se um ponto de convergência, será o juiz provocado para homologar o acordo.

A mediação extrajudicial, por sua vez, ocorre sem a interferência do Poder Judiciário, com as partes,

seja por previsão contratual, seja por mero interesse, tentando alcançar um acordo antes de mover a máquina do Judiciário. Na hipótese de os interessados chegarem a um ponto comum, não será necessário submeter o acordo à homologação judicial.

A mediação administrativa refere-se à autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, havendo previsão expressa na lei no sentido de que as controvérsias jurídicas que envolvam a administração pública federal direta, suas autarquias e fundações dependerão da edição de um parecer positivo pela Advocacia Geral da União e da aprovação pelo Presidente da República.

As mediações judiciais possuem prazo máximo de duração disposto em lei, podendo durar até sessenta dias prorrogáveis pelo mesmo período em caso de comum acordo. As demais modalidades não indicam um prazo máximo para a conclusão da mediação, porém, sendo a celeridade, a autonomia da vontade das partes, a busca pelo consenso e a informalidade princípios intrínsecos a esse instituto, a mediação tende a ser muito mais vantajosa que a judicialização quando, em tela, o tempo decorrido para se atingir uma solução.

Quanto à seleção dos mediadores, a lei permite, no caso da modalidade extrajudicial, que seja escolhida qualquer pessoa capaz, que tenha a confiança das partes e seja capacitada para fazer mediação, independentemente de integrar qualquer tipo de conselho, entidade de classe ou associação, ou nele inscrever-se. Já o mediador judicial deve cumprir uma série de exigências, dentre as quais, ser graduado há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e comprovar possuir capacitação em escola ou instituição de formação de mediadores reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) ou pelos próprios tribunais.

E não é só. Os indivíduos selecionados para realizar a mediação ficam impedidos, pelo prazo de um ano, contado do término da última audiência em que atuaram, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes, assim como ficam proibidos de atuar como árbitros ou funcionar como testemunhas em processos judiciais ou arbitrais pertinentes ao conflito em que tenham atuado como mediadores.

Relevante mencionar que a mediação poderá ser requerida pelas partes ainda que esteja em curso processo arbitral ou mesmo judicial. Em tais hipóteses, os litigantes, por vislumbrarem a chance de ser privilegiado o diálogo, deverão requisitar em conjunto a suspensão do processo por prazo suficiente para

que seja intentada a solução consensual do conflito. A suspensão do processo – que implica, inclusive, na suspensão do prazo prescricional –, embora não obste a concessão de medidas de urgência pelo juiz ou pelo árbitro, é irrecorrível.

Havendo previsão contratual de cláusula de mediação que crie para as partes o compromisso de não iniciar procedimento arbitral ou processo judicial durante certo prazo ou até o implemento de determinada condição e se, ainda assim, uma das partes vier instaurá-lo, o juiz ou o árbitro deverá, por sua iniciativa, suspender o curso da arbitragem ou da ação pelo prazo indicado no contrato ou até o implemento da condição previamente acordada. Tal qual verificado na suspensão do processo judicial ou do procedimento arbitral por pedido das partes, a suspensão decorrente de cláusula contratual poderá ser afastada pelo Poder Judiciário se uma medida de urgência for necessária para evitar o perecimento de um dado direito que prejudique uma das partes.

A mediação é ainda marcada pela confidencialidade, estando o mediador, as partes, eventuais prepostos, advogados, assessores técnicos e outras pessoas que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento, obrigados a manter absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação obtida em razão da mediação. Tais informações não podem ser reveladas sequer em processo arbitral ou judicial, com exceção dos casos em que as partes expressamente decidem de forma diversa ou quando a divulgação for exigida por lei ou necessária para cumprimento do próprio acordo obtido pela mediação.

Quanto aos custos para ser iniciada e concluída a mediação, apesar de não haver previsão legal de valores, a simplicidade do procedimento, associada a maior agilidade para atingir a resolução da controvérsia, aponta na direção de serem os gastos com a mediação consideravelmente inferiores às quantias despendidas com a arbitragem e muito menores que as despesas com uma ação judicial que se arraste por anos. De todo modo, na mediação judicial a remuneração dos mediadores será fixada pelos tribunais e custeada pelas partes, ao passo que na mediação extrajudicial esta remuneração decorrerá de previsão contratual.

Dessa forma, considerando que a mediação proporciona às partes a possibilidade de obter uma decisão de forma mais célere, menos onerosa e sobre a qual estas detêm total controle, parece-nos que a opção por esse mecanismo, em detrimento da cultura da litigiosidade, tende a crescer em nosso país e a se consolidar como uma importante ferramenta, em especial, para o empresariado.